

*RELATÓRIO DE
“AVALIAÇÃO DAS METAS”
DO SEGUNDO
QUADRIMESTRE/2022*

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

2º QUADRIMESTRE DE 2022

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 28/09/2022

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Segundo Quadrimestre de 2022, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do primeiro ao quarto bimestres de 2022, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com o detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário, e da dívida pública consolidada.

1 - RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total da receita prevista na Lei de Orçamento para o exercício de 2022, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluídas as deduções para o FUNDEB, foi de R\$ 245.980.903,50. A receita efetivada no período de janeiro a agosto de 2022 foi de R\$ 219.986.093,38, tendo sido arrecadado, portanto, 89% da meta anual. Comparada à projeção de arrecadação para o período, estimada em R\$ 168.444.195,72, constante da programação financeira, percebe-se um excesso de arrecadação de 30,60%, considerando o total das receitas.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Program. p/o Período	Realiz. no Período	% Real.	% Real.
				Ano	Período
1 – Receitas Correntes	212.877.429,74	142.355.199,09	185.697.402,64	87%	30%
Receita Tributária	67.541.273,34	49.451.023,71	49.081.596,43	73%	-1%
Receita de Contribuições	6.300.000,00	4.633.201,47	5.051.235,72	80%	9%
Receita Patrimonial	7.416.567,21	4.180.527,79	18.414.666,84	248%	340%
Receita de Serviços	586.315,00	455.357,16	247.362,16	42%	-46%
Transferências Correntes	130.067.129,79	83.162.175,35	111.861.016,47	86%	35%
Outras Rec. Correntes	966.144,40	472.913,61	1.041.525,02	108%	120%
2 – Receitas de Capital	3.103.317,00	2.085.694,00	10.545.324,90	340%	406%
Operações de Crédito			7.405.096,96		
Alienação de Bens	78.168,00	64.928,46		0%	-100%
Amort. de Empréstimos	649.085,00	436.722,90	157.800,07	24%	-64%
Transfer. De Capital	2.376.064,00	1.584.042,64	2.982.427,87	126%	88%
3 – Receita Intraorçamentária	30.000.156,76	24.003.302,63	23.743.365,84	79%	-1%
Total da Receita	245.980.903,50	168.444.195,72	219.986.093,38	89%	30,60%

Fonte: Demonstrações Contábeis

Passamos para uma análise sucinta dos principais grupos de Receita:

A **Receita Tributária** inclui:

- a) O **IPTU** que arrecadou 5% abaixo da meta do período, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 23.152.554,44, tendo sido arrecadados R\$ 21.918.878,41.
- b) O **ISSQN**, cuja arrecadação no período foi de R\$ 11.686.153,78, representa 9% acima da previsão do período de R\$ 10.745.777,52.
- c) As diversas **Taxas** apresentaram o ingresso de R\$ 5.139.603,58 contra uma projeção de R\$ 4.905.957,96. Arrecadou-se, portanto, 5% acima da meta do período.
- d) O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - **ITBI** - para o qual havia uma projeção de R\$ 4.146.004,02 para o período, obteve uma arrecadação de R\$ 4.086.668,70, 1% menor do valor previsto. Essa receita tem relação direta com as transações imobiliárias, ou melhor, quando da quitação desse imposto para fins de escrituração.
- e) O **IRRF** arrecadou da 3% menor que a meta, sendo que foi arrecadado o valor de R\$ 6.139.711,84 em relação à previsão de R\$ 6.353.442,70 no quadrimestre.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO	Program. p/o Período	Realiz. no Período	% Real. Período
Impostos	44.397.778,68	43.831.412,73	-1%
IPTU	23.152.554,44	21.918.878,41	-5%
IRRF	6.353.442,70	6.139.711,84	-3%
ITBI	4.146.004,02	4.086.668,70	-1%
ISS	10.745.777,52	11.686.153,78	9%
Taxas	4.905.957,96	5.139.603,58	5%
Taxas Poder de Polícia	722.743,82	959.099,77	33%
Taxas p/ Prestação de Serviços	4.183.214,14	4.180.503,81	0%
Contribuição de Melhoria	147.287,07	110.580,12	-25%
Total das Receitas Tributárias	49.451.023,71	49.081.596,43	-1%

As **Receitas de Contribuições** acumularam no ano, até o mês de agosto, o valor de R\$ 5.051.235,72, 9% superior à previsão no período de R\$ 4.633.201,47. Este grupo, em nosso Município, compreende as Contribuições Previdenciárias do servidor.

Nas **Transferências Correntes da União**, os itens mais significativos referem-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – **FPM e Cota-parte royalties** - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89. Considerando a arrecadação líquida, deduzido o percentual para composição do FUNDEB, o FPM realizou R\$ 24.769.633,78 no período, correspondendo a 79,00% superior a previsão de R\$ 13.802.730,74. Com relação a cota-parte royalties foi arrecadado R\$ 19.740.651,85 no período, 12% abaixo da previsão de R\$ 22.419.331,95.

Nas transferências Correntes do **Estado**, deve ser destacada a participação do Município no **ICMS**, cuja soma de valores transferidos ao Município, no período em análise, foi de R\$ 21.044.050,36, superior, a meta prevista de R\$ 12.557.443,18. No cálculo foi considerada a arrecadação líquida, deduzido o percentual para composição do FUNDEB.

Já a receita do **IPVA**, cujo montante arrecadado, no período em questão, foi de R\$ 7.174.213,64 foi superior à meta fixada para o período que foi de R\$ 3.645.251,78. O ingresso dessa receita depende da época dos pagamentos do referido imposto e do comportamento do mercado automobilístico. No cálculo também foi considerada a arrecadação líquida, deduzido o percentual para composição do FUNDEB.

Por sua vez, a receita relativa a **Transferência do FUNDEB** para o Município, neste exercício, apresenta valor superior a estimativa. Até agosto/2022, o montante arrecadado foi de R\$ 22.130.738,55 contra uma projeção de R\$ 18.737.713,79.

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

DISCRIMINAÇÃO	Program. p/o Período	Realiz. no Período	% Real. Período
Transferências da União	45.528.127,27	57.970.686,66	27%
Cota parte do FPM	13.802.730,74	24.769.633,78	79%
Cota parte do ITR	160.568,41	26.342,16	-84%
Compens.Fin.Explor.Rec.Naturais	38.012,07	62.830,05	65%
Royalties - comp.fin. petróleo	22.419.331,95	19.740.651,85	-12%
fundo especial do petróleo - fep	357.656,01	675.831,29	89%
Transferências de Recursos SUS	6.626.007,69	7.929.790,48	20%
Transferências do FNAS	85.928,95	466.111,74	442%
Transferências do FNDE	1.537.308,73	3.408.590,14	122%
Transferência de Convênios da União	21.505,42	85,14	
Outras Transferências da União	479.077,31	890.820,03	86%
Transferências do Estado	18.284.637,86	31.111.727,79	70%
Cota Parte do ICMS	12.557.443,18	21.044.050,36	68%
Cota Parte do IPVA	3.645.251,78	7.174.213,64	97%
Cota Parte do IPI / Exportação	130.434,30	200.896,57	54%
Cota parte da CIDE	13.092,53	34.467,88	163%
Transf.do Fundo Est.Saúde	1.738.936,81	1.600.513,63	-8%
Transf. Convênios	195.238,71	1.046.774,53	436%
Outras Transferências do Estado	4.240,55	10.811,18	155%
Transf.de Outras Instit. Públicas (FUNDEB)	18.737.713,79	22.130.738,55	18%
Transf. De Instituições Privadas	446.531,97	361.545,90	-19%
Transf. Dos Municípios e suas Entidades	165.164,47	286.317,57	
Total das Transferências Correntes	83.162.175,35	111.861.016,47	35%

Nas **Receitas de Capital** os principais valores arrecadados foram:

- a) Transferências de capital:
 - Convênio Estado nº 189/2022 - Recuperação de Espaços Esportivos: R\$ 600.000,00;
 - Convênio CORSAN obras de Infraestrutura: R\$ 1.489.323,00;
 - Repasse Min. das Cidades – Modernização do Ginásio Rutilio Kesting: R\$ 460.952,00;
 - Repasse ampliação e qualificação da atenção primária: R\$ 150.000,00;
 - Convênio Estado nº 4232/2021 – Pavimenta RS: R\$ 282.152,87;
- b) Operação de Crédito
 - Caixa Econ. Federal – FINISA: R\$ 7.405.096,96.

2. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, no período de janeiro a agosto de 2022, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, o percentual entre a despesa total e receita total foi de 78%. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

As Despesas Liquidadas, considerando o acumulado do ano, até agosto de 2022, totalizaram R\$ 171.308.301.,73. Esse valor ficou acima da meta prevista para o período em 3%. O total das despesas correntes realizadas no período em análise foi de R\$ 156.505.145,86, correspondendo a 7% a mais que a projeção.

QUADRO 4 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	168.444.195,72	219.986.093,38	30,60%

Despesa Liquidada	Programada no Período	Realizada no Período	%
			Real / Progr.
Despesas Correntes	145.663.502,31	156.505.145,86	7%
Pessoal e Encargos Sociais	85.341.258,05	102.540.866,06	20%
Juros e Encargos da Dívida			
Outras Despesas Correntes	60.322.244,26	53.964.279,80	-11%
Despesas de Capital	18.811.896,52	14.803.155,87	-21%
Investimentos	7.158.304,05	2.191.312,56	-69%
Inversões Financeiras	210.577,93	30.000,00	-86%
Amortização da Dívida	11.443.014,54	12.581.843,31	10%
Outras Despesas de Capital			
Reserva de Contingência	2.467.133,34	0	
(2) Despesa Total	166.942.532,17	171.308.301,73	3%
Resultado Orçamentário (1-2)	1.501.663,55	48.677.791,65	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)	0,99	0,78	

O Quadro apresentado demonstra que o comportamento da despesa está em conformidade com volume arrecadado, ou seja, o montante dos gastos se manteve abaixo do nível da receita, no período sob avaliação.

3. EDUCAÇÃO E SAÚDE

Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, as despesas com **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, apuradas conforme determinado pelo TCE – Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 26.860.936,36, o que corresponde a **24,44%** da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município ainda não está atingindo o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Particularmente no tocante ao FUNDEB, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município tem acumulado, no primeiro quadrimestre, um ganho correspondente a R\$ 9.267.455,72. Esse ganho resulta da diferença entre o valor retido pelo Fundo e o valor que retorna ao Município em razão da grande quantidade de alunos matriculados na rede municipal de Educação Infantil e Fundamental.

Cabe ainda destacar que, de acordo com a Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Nesse quesito, e de acordo com os relatórios apurados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 15.838.321,84, o que corresponde a **60,01%** dos recursos do referido fundo, devendo atender o dispositivo legal supracitado, até o final do presente exercício, considerando o aumento natural de gastos com pessoal nos meses restantes.

Os gastos com **Saúde** atingiram o montante de R\$ 23.097.096,77, o que corresponde a **21,36%** sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se que o município já está cumprindo o mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

4. Pessoal e Encargos

O cálculo da despesa com pessoal, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, é apurado considerando-se os doze últimos meses, tanto a base de cálculo, Receita Corrente Líquida - RCL, quanto os gastos com pessoal e encargos. No poder executivo e Legislativo tivemos um acréscimo no comprometimento, passando para 47,68% e 1,03%, respectivamente.

Vide o demonstrativo abaixo:

Poder Executivo:

Itens	2021	mai 2021 a	set 2021 a
		abr-22	ago-22
RCL	230.918.546,33	252.619.466,96	250.721.065,82
Despesas de Pessoal	114.383.861,91	114.577.787,13	119.549.283,56
% gasto	49,53%	45,36%	47,68%

Fonte: Cálculo conforme instruções do TCE/RS

Poder Legislativo:

Itens	2021	mai 2021 a	set 2021 a
		abr-22	ago-22
RCL	230.918.546,33	252.619.466,96	250.721.065,82
Despesas de Pessoal	2.417.929,89	2.486.216,72	2.584.011,58
% gasto	1,05%	0,98%	1,03%

Fonte: Cálculo conforme instruções do TCE/RS

5. Resultado Primário

O **Resultado Primário** tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Município para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes, inclusive as de pessoal, das suas despesas de capital, incluídas aí os investimentos e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida.

O Resultado Primário, no período de janeiro a agosto de 2022, foi de R\$ 23.224.934,11, superando o resultado estimado que foi de R\$ 2.203.892,77, indicando que o Município apresentou boa solvência para honrar o pagamento de sua dívida.

Vide Demonstrativo de Resultado Primário:

RECEITAS PRIMÁRIAS	Até 2º Quadrimestre /2022
	RECEITAS REALIZADAS (I)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	171.899.825,34
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	2.982.427,87
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	174.882.253,21

DESPEAS PRIMÁRIAS	DESPEAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			PAGOS (c)
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES	137.685.721,55	397.565,90	4.490.608,25
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	2.033.985,58	633.043,08	6.416.394,74
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	139.719.707,13	1.030.608,98	10.907.002,99
RESULTADO PRIMÁRIO (I) – (a) – (b) – (c)	23.224.934,11		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Programação Financeira Exercício de 2022	2.203.892,77

6. Resultado Nominal (Análise da Dívida Pública)

É a variação do Saldo da Dívida do período com o exercício anterior, deduzidas as disponibilidades financeiras e outras contas do Ativo Financeiro.

Ou ainda, o **Resultado Nominal** é a diferença entre o total da Dívida Fiscal Líquida entre os períodos analisados. Por sua vez, a **Dívida Fiscal Líquida** provém do montante da Dívida Consolidada, deduzidas todas as disponibilidades.

No final do período em análise, o Resultado Nominal foi de (R\$ 3.222.286,24), o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período.

O Município de Osório, ao final do período, teve um quadro de dívidas composto pelos seguintes valores:

- Parcelamento com o RPPS: **R\$ 23.161.602,81**;
- Precatórios: **R\$ 9.248,99**;
- Contrato firmado com o Caixa Econômica Federal / CORSAN: **R\$ 9.218.233,19**;

- Contrato firmado com o Caixa Econômica Federal / Finisa: **R\$ 16.494.677,77.**

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2021 (a)	Até Agosto (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	22.295.481,60	48.883.762,76
DEDUÇÕES (XXIX)	51.929.359,46	75.946.191,37
Disponibilidade de Caixa ¹	47.602.406,82	71.619.238,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	49.203.746,23	76.844.355,11
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.601.339,41	950.502,42
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	4.274.613,96
Demais Haveres Financeiros	4.326.952,64	4.326.952,64
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	(29.633.877,86)	(27.062.428,61)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		(2.571.449,25)
AJUSTE METODOLÓGICO	Até Agosto/2022	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		650.836,99
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)		(3.222.286,24)

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Programação Financeira Exercício de 2022	5.318.577,04

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira foram atendidos. É constante a preocupação em manter o montante dos gastos ao nível da arrecadação efetiva, com vistas a não comprometer as metas fiscais de resultado primário e resultado nominal estabelecidos, bem como, o atendimento dos demais requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.